



CALCÁRIO DO BRASIL S/A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

CALCÁRIO DO BRASIL S/A
CNPJ (MF) 23.549.272/0001-40

EMPRESA BEBNEFICIÁRIA DE INCENTIVOS FISCAIS: FINOR

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Apresentamos a V. Sas., em conformidade com as disposições legais e para as suas devidas apreciações, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixas e do Valor Adicionado, e as correspondentes Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e dos Auditores Independentes referentes ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Fortaleza, 31 de dezembro de 2023.



CALCÁRIO DO BRASIL S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		2.303	4.197
Caixa e equivalentes de caixa	2.3	33	110
Contas a receber de clientes	3	1.861	1.328
(-) Provisão P/devedores duvidosos	3	(901)	(500)
Adiantamentos a funcionários		6	9
Adiantamentos a fornecedores		310	2.316
Créditos fiscais		245	265
Estoques	4	747	482
Despesas antecipadas		3	185
Não circulante		30.334	30.931
Realizável a longo prazo		2.324	880
Empréstimos a pessoas ligadas		2.324	654
Outros Empréstimos e Financiamentos		-	226
Imobilizado	5	28.010	30.051
Total do ativo		32.637	35.128

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.



CALCÁRIO DO BRASIL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		3.839	11.653
Fornecedores		878	702
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	6	833	8.043
<i>Refis</i>	7c	-	23
Adiantamento de clientes		49	2.800
Outras obrigações		56	85
Parcelamentos de Tributos (CP)		2.023	-
Não Circulante		63.608	51.681
Fornecedores		146	
Empréstimos e financiamentos	7a	23.285	23.506
Obrigações Sociais e tributária		31.728	2.086
<i>Refis</i>	7c		1.642
<i>Parcelamentos de Tributos (LP)</i>		31.728	
Créditos de pessoas ligadas		3.362	
Debêntures	7b	-	19.333
Provisão p/ IRPJ e CSLL diferido		5.083	5.113
Outras Obrigações		4	
Patrimônio líquido		(34.810)	(28.206)
Capital social	9a	8.651	8.651
Ajuste de avaliação patrimonial	8b	16.768	16.864
Prejuízos Acumulados		(60.230)	(53.721)
Total dos passivo e patrimônio líquido		32.637	35.128

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.



CALCÁRIO DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

		31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10	5.386	5.223
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		(3.860)	(3.730)
LUCRO BRUTO		1.526	1.493
(-)/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.471)	(1.826)
Despesas gerais e administrativas	11	(1.619)	(1.519)
Despesas com vendas		(263)	(151)
Depreciação		(2.051)	(279)
Outras Receitas(Despesas) operacionais	12	462	122
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(1.946)	(333)
Despesas financeiras		(4.691)	(232)
Receitas financeiras		1	4
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCROS		(6.635)	(561)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(6.635)	(561)
PREJUÍZO LÍQUIDO P/AÇÕES		(19,20)	(1,62)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



CALCÁRIO DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
PREJUÍZO LIQUIDO DO EXERCICIO	(6.635)	(561)
Outros resultados abrangentes	(157)	576
Realização da reserva de avaliação patrimonial	(126)	(126)
Tributo sobre a realização da Reserva de avaliação patrimonial	(30)	702
RESULTADO ABRANGENTE	(6.792)	15



CALCÁRIO DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais)

Eventos/contas	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	8.651	16.288	(52.615)	(27.675)
Realização da reserva de ajuste patrimonial		(126)	126	-
Ajuste Provisão P/IR e CSLL		702	(672)	30
Prejuízo líquido do exercício			(561)	(561)
Saldos em 31/12/2022	8.651	16.864	(53.721)	(28.206)
Realização da reserva de ajuste patrimonial		(126)	126	-
Ajuste Provisão P/IR e CSLL		30	-	30
Prejuízo líquido do exercício			(6.635)	(6.635)
Saldos em 31/12/2023	8.651	16.768	(60.230)	(34.810)

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.

**CALCÁRIO DO BRASIL S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

METÓDO INDIRETO

(EM MILHARES DE REAIS)

	01/01/2023 A 31/12/2023	01/01/2022 A 31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do Período	(6.635)	(561)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Depreciação/Amortização	2.051	279
Provisão/Reversão para perdas de créditos	401	500
Subtotal	(4.184)	218
Variações no Ativo Circulante		
Redução/Aumento de ativos		
Contas a receber	(532)	(233)
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	2.010	237
Créditos Fiscais	21	(242)
Estoques	(264)	169
Despesas pagas antecipadamente	182	3
Subtotal	1.416	(68)
Variações no Passivo Circulante		
Aumento de passivos		
Fornecedores	321	345
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24.456	48
Adiantamento de clientes	(2.751)	1.002
Outras obrigações	(29)	(129)
Subtotal	21.997	1.265
Caixa líquida gerada pelas atividades operacionais	19.229	1.415
Atividades de Investimento		
Aumento/Redução do realizável a longo prazo	(1.444)	(451)
Aquisição/Baixa de bens do imobilizado	(1.646)	(292)
Caixa líquida aplicada nas atividades e investimentos	(3.090)	(743)
Atividades de Financiamento		
Empréstimos/Financiamentos	(222)	28
Créditos Pessoa Ligadas	3.362	
Outras Contas - LP	(19.358)	(623)
Caixa líquido (aplicado nas) /gerado pelas atividades de financiamento	(16.217)	(595)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(78)	78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	110	32
No final do período	33	110
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(78)	78

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



CALCÁRIO DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Vendas de mercadorias e serviços	6.489	5.846
Outras receitas	545	122
	<u>7.035</u>	<u>5.968</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(3.860)	(3.730)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(393)	(156)
	<u>(4.254)</u>	<u>(3.887)</u>
Valor adicionado bruto	<u>2.781</u>	<u>2.081</u>
Retenções		
Depreciação e exaustão	(2.051)	(279)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>730</u>	<u>1.803</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1	4
Valor adicionado total a distribuir	<u>732</u>	<u>1.806</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	599	748
Salários e encargos	463	390
Honorários da Diretoria	12	302
Benefícios a empregados	124	56
Impostos, taxas e contribuições	946	550
Federais	385	259
Estaduais	561	290
Remuneração de capital de terceiros	(813)	509
Outras Despesas de Terceiros	1131	838
Juros	4.691	232
Prejuízo líquido do exercício	(6.635)	(561)
Valor adicionado distribuído	<u>732</u>	<u>1.806</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Calcário do Brasil S/A.
Fortaleza - CE
Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia encontra-se em operação e tem como atividade preponderante a mineração, o beneficiamento e a comercialização de minérios metálicos e não metálicos.

Desde as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado impacto adicional aos divulgados nas demonstrações financeiras anuais, no que tange os temas a seguir:

- (i) Cumprimento de obrigações contidas nos contratos de dívida;
- (ii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores;
- (iii) Matriz de riscos para o cálculo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa;
- (iv) Estimativa de perda dos estoques por decorrência de baixo giro e alteração do valor realizável.

2 PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis preparadas pela Empresa estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 - Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A Administração da Companhia vem desenvolvendo trabalhos de reestruturação administrativa, assim como, buscando na justiça, soluções que poderão alterar substancialmente o quadro atual. Em caso de decisões favoráveis à empresa, esta passará a uma situação patrimonial sólida, tendo em vista que a indústria possui boa estrutura física e as operações estarem transcorrendo de maneira eficiente e consolidada.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez./23 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação em 30/abr./24.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IA S 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB). Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento; Atividades de investimento referem -se às

adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2 – Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Empresa e, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4 – Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** – São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Receitas Financeiras” no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de “Subvenções Governamentais-Agências de Fomento” **Recebíveis** – Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.5 – Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelos produtos vendidos no decurso normal das atividades da Empresa, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

A Empresa constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrerem perdas adicionais significativas.

2.6 – Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques de matérias primas e almoxarifado estão avaliados ao custo médio de aquisição e/ou extração. Os estoques de produtos acabados estão avaliados ao custo médio de produção e não superam os valores de mercado

2.7 – Imobilizado

O imobilizado está demonstrado aos valores de aquisição, de reavaliação e de ajuste de avaliação patrimonial para determinação do seu novo custo atribuído (*deemed cost*) em atendimento ao ICPC N° 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens.

Entende-se como vida-útil o período durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, expectando geração de benefícios econômicos, ou o quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo. A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com “ativos semelhantes”.

2.8 – Provisão para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como “*Impairment Test*”, apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01(R4) de 22 de dezembro de 2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05(cinco) anos de atividades da Empresa e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através de Laudo de avaliação. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2023.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico da Empresa buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) – Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31/12/2023, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.9 – Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.10 - Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16.

2.11 - Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente não foram calculados em função de ter sido apurado prejuízo fiscal.

2.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo

liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado.

2.13 – Arrendamento Mercantil – IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Na Calcário do Brasil S/A, os contratos com essas características são registrados no ativo imobilizado e estão sendo depreciação de acordo com o prazo dos contratos.

DEPRECIAÇÃO - IFRS 16 (CALBRÁS - POSIÇÃO: ARRENDATÁRIA)									
OBJETO DE LOCAÇÃO	CATEGORIA	LOCADOR	LOCATÁRIA	PERÍODO (MESES)	DATA INÍCIO	DATA FIM	DEPRECIAÇÃO/ MÊS	CONTRATO A VALOR PRESENTE	% Ao Mês
GALPÃO COMERCIAL - JANGURUSSU	IMÓVEL	FRANCISCO MOÉSIO VASCONCELOS MOURA	CALCÁRIO DO BRASIL S/A	25	jan/23	fev/25	4.077,48	101.937,07	4%

2.14 – Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis devendo ser acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.15 – Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelas vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base as vendas realizadas até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados as vendas possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem a ser entregue, a Empresa deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pela Empresa através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação.

3 CONTAS A RECEBER E CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto conforme segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes no País	1.861	1.328
(-) Provisão p/devedores duvidosos	(901)	(500)
	<u>960</u>	<u>829</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	682	531
<u>Vencidas:</u>		
De 1 a 30 dias	112	43
De 31 a 60 dias	34	219
De 61 a 90 dias	60	13
De 91 a 180 dias	72	23
Há mais de 180 dias	901	500
	<u>1.861</u>	<u>1.328</u>

4 ESTOQUES

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Matéria prima	-	-
Produtos acabados	20	49
Produtos em elaboração	236	39
Almoxarifado	450	394
Total	<u>705</u>	<u>482</u>

5 IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>R\$ mil 2023</u>	<u>R\$ mil 2022</u>
Terrenos		3.452	3.452
Terrenos - Ajuste de aval. patr.		529	529
Imóveis – Edificações	4%	5.649	5.649
Imóveis - Edificações - Ajuste de aval. patr.	4%	313	313
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	16.994	17.065

Máquinas, Aparelhos e Equipamentos - Ajuste de aval. Patrimonial	10%	2.973	2.973
Veículos	20%	397	331
Móveis e utensílios	10%	334	313
Instalações	10%	1.174	1.174
Instalações - Ajuste de aval. patr.	10%	387	387
Adiantamento para inversões fixas		217	285
Minas e Jazidas	0,50%	2.400	2.400
Minas e Jazidas - Ajuste de aval. patr.	0,50%	22.779	22.779
Direito de Uso	(de acordo com prazo do contrato)	102	-
(-) Depreciações acumuladas		(29.689)	(27.599)
Total		28.010	30.051

O valor do Direito de Uso e a sua depreciação estão evidenciados abaixo:

DEPRECIÇÃO - IFRS 16 (CALBRÁS - POSIÇÃO: ARRENDATÁRIA)									
OBJETO DE LOCAÇÃO	CATEGORIA	LOCADOR	LOCATÁRIA	PERÍODO (MESES)	DATA INÍCIO	DATA FIM	DEPRECIÇÃO/ MÊS	CONTRATO A VALOR PRESENTE	% Ao Mês
GALPÃO COMERCIAL - JANGURUSSU	IMÓVEL	FRANCISCO MOÉSIO VASCONCELOS MOURA	CALCÁRIO DO BRASIL S/A	25	jan/23	fev/25	4.077,48	101.937,07	4%

b) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é demonstrada da seguinte forma:

	Saldo em 31/dez/22	Adições	Baixas	Saldo em 31/dez/23
Terrenos	3.452			3.452
Terrenos - Ajuste de aval. patr.	529			529
Imóveis – Edificações	5.649			5.649
Imóveis - Edificações - Ajuste de aval. patr.	313			313
Máquinas, aparelhos e equipamentos	17.065	365	(436)	16.994
Máquinas, apar. e equipamentos - Ajuste de aval. patr.	2.973			2.973
Veículos	331	67	-	397
Móveis e utensílios	313	21		334
Instalações	1.174			1.174
Instalações - Ajuste de aval. patr.	387			387
Adiantamento para inversões fixas	285	1	(70)	217
Minas e Jazidas	2.400			2.400
Minas e Jazidas - Ajuste de aval. patr.	22.779			22.779
Direito de Uso - Arrendamento	-	102		102
Total	57.649	556	(506)	57.699

c) Composição da depreciação com a respectiva movimentação:

	Saldo em 31/dez./22	Adições	Baixas	Saldo em 31/dez./23
Depreciações Acumuladas	26.290	3.137	(1.214)	28.213
Obras Preliminares e Complementares	326	1.056		1.382

Obras Civas	2.769	1.034		3.804
Máquinas Aparelhos e Equipamentos	18.113	634	(969)	17.779
Veículos	331	300	(233)	398
Móveis e Utensílios	97	10		108
Big Bags com Retorno	10	17	(12)	15
Instalações	1.148	22		1.170
Máquinas e equipamentos - ajuste patrimonial	2.973	0		2.973
Obras civis - ajuste patrimonial	137	13		149
Instalações - ajuste patrimonial	387	0		387
Direito de Uso - Arrendamento (*)		49		49
Exaustão Acumulada	1.309	168	-	1.477
Minas e Jazidas		16	-	16
Minas e Jazidas - ajuste patrimonial	1.309	152	-	1.461
Total da Depreciação/Exaustão	27.599	3.304	(1.214)	29.689

Os encargos de depreciação e exaustão reconhecidos no resultado do exercício foram de R\$ mil 2.050.765. O ativo imobilizado da empresa, após análises de fontes internas e externas de informação, não apresentou qualquer indício de perda ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro da empresa. O cálculo de exaustão das minas e jazidas levam em consideração uma taxa anual de 0,5% em função da reserva mineral medida ser suficiente para suprir a produção corrente por aproximadamente de 200 anos.

(*) Os encargos de depreciação dos bens de uso variam conforme o prazo do contrato, nesse caso específico, a depreciação considerada foi de 4% ao mês.

Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. A administração da Companhia não identificou indícios de perda sobre os seus ativos durante o exercício de 2023.

6 OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os passivos tributários estão apresentados com as respectivas atualizações (juros, multas e encargos financeiros), conforme determina a legislação contábil para a posição em 31/12/2023.

Por meio da transação individual com a Procuradoria Geral da União (PGFN) os débitos inscritos em dívida ativas da entidade foram regularizados. O detalhamento dessa negociação está evidenciado na nota 7c.

TRIBUTOS	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	0	2.750
CSRF s. Serv. Prestado PJ	1	20
FGTS	343	359
ICMS	57	32
INSS s/ salários	173	3.137
REFIS FEDERAL	18	65
REFIS ESTADUAL	651	716
IRRF s. Pró-labore	-	22
IRRF s. Salários	11	45
IRRF s. Serv. Prestado PJ	0	24
IPI	0	13
PIS	0	615
Salários e Remunerações a Pagar	222	237
OUTROS	7	30
TOTAL	1.484	8.065

7 OUTROS PASSIVOS

a) Instituições financeiras

A composição dos financiamentos, com prazos variáveis, é apresentada de acordo como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Financiamento p/Aquisição de máquinas e equipamentos de 12% a.a. + TR	-	23.285
	-	23.285

b) Debêntures

A Companhia foi autorizada a emitir debêntures conversíveis e não conversíveis em ações para fazer face a aportes do FINOR. Sobre esses títulos incidem correção monetária calculada com base na variação monetária da TR, ou por outro índice oficial qualquer que a substitua em caso de sua extinção, garantia flutuante, com vencimento previsto para 5(cinco) anos da data de subscrição e integralização. As debêntures foram quitadas em 2023.

c) Parcelamento Tributário – Refis Federal e Transação Individual (PGFN)

As obrigações sociais e tributárias a título de Refis estão demonstradas conforme segue:

REFIS IV FEDERAL

HISTÓRICO	R\$ MIL
Saldo em 31/12/2022	1.665
AMORTIZAÇÕES	(5)
MIGRAÇÃO TRANSAÇÃO INDIVIDUAL	(1.642)
AJUSTES DO PERÍODO	
Saldo em 31/12/2023	18
CURTO PRAZO	18
LONGO PRAZO	-

Em meados do ano de 2022, a empresa iniciou uma negociação junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para regularizar os débitos existentes, já inscrito em dívida ativa, a nível de grupo.

Nesta transação foram estabelecidas condições mais flexíveis para pagamento das dívidas tributárias, com parcelamento em cento e vinte parcelas para débitos não previdenciários e sessenta parcelas para débitos previdenciários, redução de juros, multa e utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL para amortização do saldo devedor.

Essa transação individual foi protocolada na PGFN em 07 de março de 2023 sob o requerimento de número 20230075068 (protocolo: 005768122023), na Quinta Região Fiscal.

Ressalta-se que a transação individual regularizou a situação dos débitos tributários que até 2022 não estavam atualizados. Portanto, em 31/12/2023 os débitos tributários estão apresentados com as respectivas atualizações (juros, multas e demais encargos), conforme determina a legislação contábil.

O montante da dívida a título de Refis que migrou para a Transação Individual foi demonstrado no quadro acima.

Abaixo a demonstração dos valores parcelados na Transação Individual com a segregação entre curto e longo prazo.

TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

HISTÓRICO	R\$ MIL
Saldo em 31/12/2022	-
SALDO - MIGRAÇÃO P/ TRANSAÇÃO (30.06.2023)	32.194
AMORTIZAÇÕES	(499)
AJUSTES DO PERÍODO	-
Saldo em 31/12/2023	31.695
CURTO PRAZO	1.364
LONGO PRAZO	30.331

8 RESPONSABILIDADE E CONTINGÊNCIAS

A sociedade possui contingências decorrentes de financiamentos contraídos junto ao BANFORT e BNDES, cujos encargos cobrados pelas Instituições estão sendo contestados em juízo. As causas encontram-se em andamento na Justiça Estadual, não sendo possível determinar-se prazos para o desfecho delas. Todos os débitos estão demonstrados no exigível a longo prazo pelos valores que a empresa entende ser devido, aguardando desenrolar favorável às suas pretensões.

A assessoria jurídica da Companhia informou que há grandes chances de êxito.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital Social, o qual pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, é composto de 345.565 ações ordinárias, sem valor nominal.

A composição do capital social é a seguinte:

<u>Tipo de ações</u>	<u>Posição atual</u> <u>Quantidade de ações</u>	<u>Posição atual</u> <u>Em R\$ mil</u>
Ordinárias	345.565	8.651
Total	345.565	8.651

As ações preferenciais são asseguradas: a) prioridade na distribuição de dividendo mínimo, correspondente à participação que lhe couber no rateio do dividendo obrigatório de que trata o artigo XXVI do Estatuto, não podendo o disposto nos artigos 194 a 197 e nos parágrafos 3º e 4º do artigo 202, da Lei nº 6.404/76, prejudicar o direito das ações preferenciais de receber o aludido dividendo mínimo prioritário, conforme estabelece o artigo 203 da citada Lei; b) prioridade no reembolso do capital, em caso de dissolução da sociedade; e c) participação integral nos resultados da sociedade, de modo que a nenhuma outra espécie e classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação ocorrida nessa conta foi de acordo como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo de exercício anterior	16.864	16.288
Realização de reserva ocorrida no exercício	(126)	(126)
Ajuste provisão IRPJ e CSLL	30	702
Saldo no exercício atual	16.768	16.864

10 RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	6.489	5.846
Deduções de Vendas	(1.104)	(622)
Impostos incidentes	(946)	(550)
Vendas canceladas	(157)	(73)
Receita líquida de vendas	5.386	5.223

11 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Composição das despesas administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas c/ Pessoal	389	390
Encargos Sociais	198	178
Diretoria	12	302
Despesas Administrativas em Geral	432	645
Despesas Tributárias	10	4
TOTAL	1.041	1.519

12 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Venda de Bens de Uso	202	246
Outras Receitas	343	
Outras Despesas	(84)	(124)
Total líquido	118	122

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui nenhuma transação em aberto em 31 de dezembro de 2023, envolvendo instrumentos financeiros complexos.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: disponibilidades, investimentos e empréstimos e financiamentos da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nos balanços, considerando os critérios de atualização contratados.

14 CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

A Administração da Companhia vem adotando algumas medidas, como forma de equalizar a situação

patrimonial e financeira de curto prazo.

Durante o exercício de 2023 a área financeira a Companhia continuou em negociações para fins de alienação de parte do seu patrimônio mineral para angariar recursos que serão aplicados no capital de giro da empresa. A Companhia também implantou um plano de pagamento de fornecedores em atraso, já com bastante êxito, medidas financeiras pelo qual entendemos ser suficiente para a continuidade dos negócios.

A Administração da Companhia acredita que estas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro e de resultado a curto prazo.

15 ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (IFRS) CONTÁBEIS E REFLEXOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A Empresa observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC'S – Comitês de Pronunciamentos Contábeis.

CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

- O prazo médio das rubricas contas a receber e fornecedores é inferior a 90 dias e os preços praticados para seus efeitos, não possuem juros embutidos, desse modo, não existe atividade de financiamento de natureza monetária, não sendo necessário o ajuste a valor presente.

CPC 16 – ESTOQUES

- Os estoques são registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

- As provisões estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa nº 2.10.

CPC 26 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Desde o exercício de 2021 foram implementadas as adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO

- A Empresa optou por avaliar seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, conforme opção prevista no CPC 27 e ICPC 10, considerando o método de custo, deduzido da depreciação e eventual previsão para perdas (*Impairment Test* – CPC 01), como o melhor método para avaliar os ativos imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos, que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Empresa, não sendo necessários quaisquer ajustes.

16 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em meados do ano de 2022, a empresa iniciou uma negociação junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para regularizar os débitos existentes, já inscrito em dívida ativa, a nível de grupo.

Nesta transação estão estabelecidas condições mais flexíveis para pagamento das dívidas tributárias, com parcelamento em cento e vinte parcelas, redução de juros, multa e utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL para amortização do saldo devedor.

Essa transação individual foi protocolada na PGFN em 07 de março de 2023 sob o requerimento de número 20230075068 (protocolo: 005768122023), na Quinta Região Fiscal.

Ressalta-se que a transação individual reduzirá significativamente o passivo tributário da empresa, melhorando os seus índices de liquidez.

17 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A administração da Companhia declara que as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas em sua gestão.

CANDIDO DA SILVEIRA QUINDERÉ
Diretor Presidente

ELIEZER FERNANDES COSTA
Contador CRC-CE 008592/o-0
CPF 203.372.723-87



Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Ilmos. Srs. Diretores e Sócios da
CALCÁRIO DO BRASIL S/A
Fortaleza - CE

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Calcário do Brasil S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Calcário do Brasil S/A**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Em 31/dez./23 a empresa apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 34.810 mil (R\$ 28.206 mil em 2022), e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.536 mil (R\$ 7.456 mil em 2022). Uma parcela substantiva de suas obrigações é devida a obrigações fiscais.

Conforme Nota Explicativa nº 14, a Administração vem adotando medidas de reestruturação e outros meios para equacionar a situação da Empresa. Assim, essas demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da empresa.



Audidores Independentes

As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso de medidas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro da empresa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Contingências Ativas e Passivas

Conforme nota explicativa nº 8, a empresa possui diversas contingências ativas e passivas relevantes, em que as partes cobram indenizações por cláusulas contratuais, que não foram obedecidas. Todos os processos vêm sendo acompanhado pela assessoria jurídica da empresa, que entendem que as perdas são remotas. Destacamos as contingências passivas relevantes, promovidas pela FINAME e Banco do Nordeste do Brasil S/A que giram em torno de R\$ 46.500 mil. Seus assessores jurídicos classificaram como possível e remota as possibilidades de perda dessas ações judiciais. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Parcelamentos

Conforme nota explicativa nº 16, a empresa firmou em 07 de março de 2023, acordo junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para parcelamento dos tributos em atraso e redução considerável dos encargos moratórios incidentes sobre esses tributos, no intuito de sanar e reduzir significativamente o seu passivo tributário. Esse procedimento também faz parte das medidas adotadas pela Administração para equacionar a situação financeira da empresa. Nossa opinião também não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Demonstração do valor adicionado - DVA

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da referida demonstração. Em razão da Companhia ter optado por elaborar essa demonstração, a mesma foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Auditores Independentes

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Auditores Independentes

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 20 de maio de 2024



Documento assinado digitalmente

SILVIO FERREIRA DE VASCONCELOS JUNIOR

Data: 22/05/2024 16:28:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vasconcelos Associados Auditores Independentes

CRC CE-001325/O-2

Silvio Ferreira de Vasconcelos Junior

CRC PE 016584/O-9 T-CE